



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 12 de agosto de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL Nº 09-P-39037/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

EDITAL

A Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 1 (um) cargo(s) de Professor Titular, nível MS-6, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Mobilidade Espacial e Ambiente, na(s) disciplina(s) DM-018 Dinâmica Demográfica e Mudança Ambiental, do Departamento de Demografia da(o) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

DESCRIÇÃO DO CARGO:

O cargo de Professor Titular é o último nível da carreira docente da Universidade, e para o seu provimento o candidato deve comprovar sólida formação acadêmica, qualificação e trajetória profissional, observando-se o perfil docente do(a) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, descrito na Deliberação CONSU-A-027/2008.

1. DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderão se inscrever no concurso:

1.1.1. Professor Associado da Unicamp, portador há 5 (cinco) anos, no mínimo, do título de Livre-Docente e que satisfaça o perfil de Professor Titular da Unidade;

1.1.2. Candidato externo à Carreira do Magistério Superior da Unicamp, portador há 5 (cinco) anos, no mínimo, do título de Livre-Docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e que satisfaça o perfil de Professor Titular da Unidade;

1.1.3. Docente integrante da Parte Suplementar (PS) do QD-UNICAMP que exerça a função MS-5 ou MS-6 na forma do § 3º do Artigo 261 do Regimento Geral;

1.1.4. Especialista externo à Carreira do Magistério Superior da Unicamp, de reconhecido valor e com atividade científica comprovada na área do concurso.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio:

http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

a) RTP – R\$ 4.213,72

b) RTC – R\$ 10.696,17

c) RDIDP – R\$ 24.309,11

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link <https://solicita.dados.unicamp.br/concurso/> no período de 40 (quarenta) dias corridos, a contar de 9 horas do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

3.1.1. Não serão admitidas inscrições enviadas via postal, via fac-símile ou correio eletrônico, nem inscrições condicionais ou apresentadas fora do prazo estabelecido.

3.2. No momento da inscrição, o(a) candidato(a) deverá apresentar, por meio do sistema de inscrição, requerimento dirigido ao(a) Diretor(a) da(o) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, contendo nome, domicílio, profissão e sob qual subitem previsto no item 1 está se inscrevendo, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de ser portador do título de livre docente, ressalvada as hipóteses previstas nos subitens 1.1.1.; 1.1.3.; e 1.1.4. deste Edital;

b) Documento de identificação pessoal;

c) Exemplar do Memorial, em formato digital, observado o item 3.3. deste Edital;

d) Exemplar, em formato digital, de cada trabalho ou documento mencionado no Memorial.

3.3. O memorial a que se refere à alínea “c” do item 3.2, deverá conter tudo o que se relacione com a formação didática, administrativa e profissional do candidato, principalmente suas atividades relacionadas com a área em concurso, a saber:

a) a produção científica e a criação original, literária, artística ou filosófica do candidato, se for o caso;

b) as atividades didáticas desenvolvidas;

c) as atividades profissionais referentes à matéria em concurso;

d) as atividades de planejamento, organização e implantação de serviços novos;

e) as atividades de formação e orientação.

3.3.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.3.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3.3. No ato da inscrição o candidato poderá manifestar por meio do sistema de inscrição a intenção de realizar as provas na língua inglesa. Os conteúdos das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa serão os mesmos.

3.3.4. A Unicamp não se responsabiliza por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.3.5. Após realizar a inscrição no link indicado no item 3.1, com envio dos documentos solicitados, o candidato confirmará a inscrição e receberá um protocolo de recebimento de seu pedido de inscrição.

3.4. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por no máximo igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

3.5. Recebida a documentação de inscrição e satisfeitas as condições do Edital, a Secretaria da Unidade encaminhará os pedidos relativos aos subitens 1.1.1 a 1.1.4 deste Edital, com toda documentação, ao Diretor da Faculdade ou Instituto, que os submeterá ao Departamento ou à outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, para emissão de pareceres individualizados, circunstanciados e conclusivos de cada uma das inscrições, observando-se o perfil da Unidade.

3.5.1. A análise das inscrições deve se ater aos requisitos objetivos deste edital e do perfil da Unidade.

3.5.2. Os pareceres referentes aos pedidos de inscrição, previstos no item 3.5, serão submetidos à aprovação da Congregação.

3.5.3. No que se refere ao especialista externo, a análise das inscrições também irá avaliar se o candidato tem reconhecido valor e a atividade científica comprovada na área do concurso.

3.5.4. A Unidade divulgará no sítio www.ifch.unicamp.br/demografia/concurso a deliberação da Congregação referente às inscrições e a composição da Comissão Julgadora.

3.6. Os candidatos inscritos serão notificados por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do início das provas, do deferimento ou indeferimento da inscrição, da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas.

3.6.1. Caso haja solicitação por escrito de todos os candidatos inscritos e desde que não haja, a critério do Diretor da Unidade, qualquer inconveniente, a data de realização das provas de que trata o item 3.6. deste edital, poderá ser antecipada por até 07 (sete) dias ou postergada por até trinta (30) dias.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares possuidores de aprofundados conhecimentos sobre a área em concurso ou área afim, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá obedecer aos princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

4.1.1. Dois membros da Comissão Julgadora serão pertencentes ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre seus docentes possuidores do título de Professor Titular.

4.1.2. Os demais membros serão escolhidos entre professores de igual categoria de outras instituições oficiais de ensino superior ou entre profissionais especializados de instituições científicas, técnicas ou artísticas, do país ou do exterior.

4.1.3. Cada Comissão Julgadora terá sempre, além dos membros efetivos, pelo menos 2 (dois) suplentes indicados pelo mesmo processo.

4.2. Os trabalhos serão presididos pelo Professor Titular da Universidade mais antigo no cargo, dentre aqueles indicados para constituir a respectiva Comissão Julgadora.

5. DAS PROVAS

5.1. O presente concurso constará das seguintes provas:

I – prova de Títulos; (peso 2);

II – prova de Arguição; (peso 1);

III – prova de Erudição; (peso 1);

5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.

5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.3. O não comparecimento às provas (exceto à prova de títulos), por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

Prova de Títulos

5.4. Na prova de títulos será apreciado pela Comissão Julgadora o Memorial apresentado pelo candidato no ato da inscrição.

5.4.1. Os critérios de avaliação da Prova de Títulos, definidos pela Congregação da Unidade, são:

a) Atividades envolvidas na criação, organização, orientação, desenvolvimentos de núcleos de ensino e pesquisa, e atividades científicas, técnicas e culturais, relacionadas com a matéria em concurso;

b) Títulos universitários;

c) Atividades didáticas e administrativas;

d) Diplomas e outras dignidades universitárias e acadêmicas.

5.4.2. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos.

Prova de Arguição

5.5. A prova de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação científica, literária ou artística do candidato.

5.5.1. Serão objeto de arguição, as atividades desenvolvidas pelo candidato constantes do Memorial por ele elaborado.

5.5.2. Cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder as questões formuladas.

5.5.3. Havendo acordo mútuo, cada arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora.

5.5.4. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova de Erudição

5.6. A prova de erudição constará de exposição sobre tema de livre escolha do candidato, pertinente à área em concurso.

5.6.1. A prova de erudição deverá ser realizada de acordo com a área ou conjunto de disciplinas publicadas no edital.

5.6.2 A prova erudição terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato deverá desenvolver o assunto escolhido, em alto nível, facultando o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.6.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.7. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1. deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.1.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.2. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.2.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele atribuídas. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.2.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a 5 (cinco) e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a 5 (cinco).

6.3. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, após divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos.

6.3.1. Poderão ser acrescentados ao relatório da Comissão Julgadora, relatórios individuais de seus membros.

6.4. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.4.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima 7 (sete).

6.4.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.4.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.4.4. O empate nas indicações será decidido pela maior média obtida na prova de títulos. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente terá o voto de desempate, se couber.

6.4.4.1. Para fins previstos no subitem 6.4.4. a média obtida corresponde à média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Comissão Julgadora ao candidato. A média será computada até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a 5 (cinco) e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a 5 (cinco).

6.4.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.4.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.5. As sessões de que tratam os itens 6.1.1., 6.3. e 6.4. deverão se realizar no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.6. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da(o) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.7. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD), e encaminhada à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

1. Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
2. Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DOS RECURSOS

8.1. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do edital que informa as inscrições aceitas, a composição da Comissão Julgadora e o calendário de provas, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão contra a composição da Comissão ou inscrições.

8.1.1. A Deliberação da CEPE com o resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

8.2. Do resultado do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.8 deste edital.

8.2.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.2.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.2.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.3. O resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio www.ifch.unicamp.br/demografia/concursos, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) ano(s), a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. O presente concurso obedecerá às disposições contidas nas Deliberações CONSU-A-09/15, CONSU-A-027/2008 que estabelece o perfil de Professor Titular da(o) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

e da Deliberação CONSU-A-005/2016 que estabelece os requisitos e procedimentos internos para realização de concurso para provimento de Professor Titular da(o) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

10. PROGRAMA

Disciplina DM018 - Dinâmica Demográfica e Mudança Ambiental

Ementa. Esta disciplina trata das dimensões sociais, ambientais, espaciais e culturais da relação população-ambiente. Divide-se em quatro grandes temas, que se sucedem no tempo:

- * População e Ambiente uma introdução à discussão: as bases históricas de uma abordagem interdisciplinar.
- * Componentes da dinâmica demográfica e questões ambientais: mortalidade, fecundidade e migração em suas interações com as questões ambientais.
- * Temas específicos: população e água; urbanização e questões ambientais; percepção ambiental e características sócio-demográficas da população; contexto rural contemporâneo e questões ambientais;
- * Mudanças Ambientais Globais: construção social dos desastres e mudanças no uso da terra.

Aula1. Introdução

Bibliografia básica

BERQUÓ, E. S. Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSANYI, T. (Orgs.). Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991, p. 21-85.

ADAMO, Susana B. Población y Ambiente: cuestiones actuales. Idéias, v. 6, n. 1, p. 323-340, 2015.

Bibliografia complementar

1.MARTINE, G. (Org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdade e contradições. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. 207 p.

2.VAN BAVEL J. The world population explosion: causes, backgrounds and projections for the future. Facts, Views & Vision in ObGyn. 2013. 5(4):281-291.

3.ALLENDORF, T. D.; ALLENDORF, K. What every conservation biologist should know about human population. Conservation Biology, v. 26, n. 6, p. 953-955, 2012.

4.BIANCHI, S. M. A demographic perspective on family change.Journal of Family Theory & Review, v. 6, n. 1, p. 35-44, 2014.

5.PEBLEY, A. R. Demography and the environment. Demography. 35, 4, 377-89. 1998.

6.LEFF, E. Saber Ambiental. São Paulo, Vozes. 2001. p 296-309. [304.2 L521s -IE]

7.TORRES, H. G. e COSTA, H. S. M. (Orgs.) População e Meio Ambiente: debates e desafios. São Paulo, Senac, 2000.

8.VEIGA, J. E. Sustentabilidade, A legitimação de um novo valor. 1ª. ed. S. Paulo: SENAC, 2010.

9.CARMO, R.L.; CABRERA-TRIMINO, G. J. (Orgs.). Población y medio ambiente en Latinoamérica y el Caribe Cuestiones recientes y desafíos para el futuro. Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, 2009. v. 1. 224 p.

10.LUTZ, W.; PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W. C. (eds), Population and Environment: methods of analysis. Population Development Review, a supplement to vol 28. 2002.

Aula2.

Fundamentos da discussão sobre a relação entre população e ambiente: malthusianismo, neomalthusianismo e anti-neomalthusianismo é pós-anti-neomalthusianismo.

Bibliografia básica

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Do mito malthusiano ao das relações recíprocas – a constituição interdisciplinar do campo de População e Ambiente. Rev. bras. estud. popul., São Paulo , v. 34, n. 2, p. 243-270, maio 2017.

LAM, D. How the World Survived the Population Bomb: Lessons From 50 Years of Extraordinary Demographic History. Demography. 2011; 48(4):1231-1262.

BECKER, Stan. Has the world really survived the population bomb? (Commentary on “How the world survived the population bomb: Lessons from 50 years of extraordinary demographic history”). Demography, v. 50, n. 6, p. 2173-2181, 2013.

Bibliografia complementar

1.SZMRECSANYI, T. Thomas Robert Malthus: economia. São Paulo, SP: Ática, 1982. 220 p. (Grandes Cientistas Sociais, 24). [330.153 - M299t – IFCH, IG, IE]

2.OLIVEIRA, F. Malthus e Marx, falso encanto e dificuldade radical. Campinas: NEPO/Unicamp, 1985. Textos Nepo, v. 4.

3.CHARBIT, Y. Economic, Social and Demographic Thought in the XIXth Century: The Population Debate from Malthus to Marx. Dordrecht: Springer Netherlands, 2009. v.: digital. ISBN 9781402099601.

4.WRIGLEY, E. A. The limits to growth: Malthus and the classical economists. In: TEITELBAUM, M. S.; WINTER, J. M. (orgs.). Population and resources in western intellectual traditions. New York: The Population Council, 1988. (Population and Development Review, v.14, suppl.)

5.MADEIRA, J. L. Malthus, Marx e o papel da população no desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, v.40, n.157-158, p.15-26, 1979.

6.RAO, Mohan. An imagined reality: Malthusianism, Neo-Malthusianism and population myth. Economic and Political Weekly, p. PE40-PE52, 1994.

7.HOGAN, D. J. Socio-demographic Dimensions of Sustainability. In: X World Congress of Rural Sociology, 2000, Rio de Janeiro. Anais X World Congress of Rural Sociology. 2000.

Aula 3.

Redistribuição espacial da população, migração e mobilidade: relações com o ambiente.

Bibliografia básica

HOGAN, D.J. Mobilidade populacional e meio ambiente: Revista Brasileira de Estudos de População, v.15, n.2; 83-92, 1998.

HUNTER, Lori M. Population distribution: trends and environmental implications. In: Hunter, L. The environmental implications of population dynamics. Rand Corporation, 2000

CRAICE, Carla. A mobilidade populacional e sua relação com o ambiente: breve panorama dos principais debates. Idéias. v. 6, n. 1, pp. -, 2015.

Bibliografia complementar

1.HOGAN, D. J. et al. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. Revista Brasileira de Estudos de População, 2005.

2.SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. Environment and planning A: Economy and Space, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.

3.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Brasil. Vol. 33, IBGE: Rio de Janeiro. 2013.

4.BARBIERI, A. F., DOMINGUES, E., QUEIROZ, B. L., RUIZ, R. M., RIGOTTI, J. I., CARVALHO, J. A., et al. Climate change and population migration in Brazil's Northeast: scenarios for 2025–2050. Population and Environment, 31(5), 344–370. 2010

5.BLACK, R. et al. The effect of environmental change on human migration. Global Environmental Change, v. 21, p. S3-S11, 2011.

6.HOGAN, D. J. (coorg.). Migração e ambiente no Centro-Oeste. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO, 2002. 324 p.

7.HOGAN, D. J. Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e migrantes pendulares em Cubatão. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, v. 7, 1990.

8.VANWEY, L. K., GUEDES, G. R., & D'ANTONA, Á. O. (2011). Out-migration and land-use change in agricultural frontiers: insights from Altamira settlement project. Population and Environment, 34, 44–69, 2011.

9.CARR, D. L. Rural migration: The driving force behind tropical deforestation on the settlement frontier. Progress in Human Geography, 33(3), 355–378, 2009.

Aula 4.

Redistribuição espacial da população, migração e mobilidade: relações com o ambiente.

Bibliografia básica

HUNTER, Lori M.; SIMON, Daniel H. Environmental Demography. In: CANIGLIA, Beth Schaefer et al. (Ed.). Handbook of Environmental Sociology. Springer International Publishing, 2021.

NEUMANN, K.; HILDERINK, H. Opportunities and Challenges for Investigating the Environment-Migration Nexus. Human Ecology, v. 43, n. 2, p. 309-322, 2015.

Bibliografia complementar

1.MARANDOLA JR., E. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In: CUNHA, J. M. P. (Ed.). Mobilidade espacial da população. Campinas: Nepo, 2011.

2.DOMENACH. H. Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodológicos. In: CUNHA, J. M. P. (Ed.). Mobilidade espacial da população. Campinas: Nepo, 2011.

3.HOGAN, D. J. ; CARMO, R.L. ; ALVES, H. P. F. ; RODRIGUES, I. A. . Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. In: HOGAN, D. J.;CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R.; CARMO, R. L. . (Org.). Migração e Ambiente em São Paulo. Aspectos Relevantes da Dinâmica Recente. Campinas: NEPO/UNICAMP - PRONEX, 2000, p. 385-410.

4.CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

5.CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. L. R. (org.). Introdução à demografia da educação. Campinas: Associação Brasileira de Estudos populacionais, ABEP, 2004. 212p.

6.CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: CUNHA, J. M. P. (Ed.). Mobilidade espacial da população. Campinas: Nepo, 2011.

7.CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões decorrentes de uma experiência concreta. In: CUNHA, J. M. P. (Ed.). Mobilidade espacial da população. Campinas: Nepo, 2011.

Aula 5.

Morbidade e Mortalidade: relações entre saúde e ambiente.

Bibliografia básica

MANETTA, Alex. O estudo da Morbimortalidade no Brasil sob o enfoque das relações' População e Ambiente'. Idéias. v. 6, n. 1, pp. -, 2015.

PRATA, P. R. A transição epidemiológica no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 8, n. 2, p. 168-175, 1992. ISSN 0102-311X.

LEBRÃO, M. L. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. Saúde Coletiva, v. 4, n. 17, p. 135-140, 2007. ISSN 1806-3365.

Bibliografia complementar

1.CARMO, R. L.; SCHMIDT, A. F. J. ; FERNANDES, C. ; LIMA, F. ; CAMARGO, K. C. M. ; LOSCO, L. N. ; SHIRATORI, T. G. ; CARVALHO, Y. E. R. . População, Ambiente e a Covid-19: o monstro dentro de nossas casas. Temáticas, v. 28, p. 314-341, 2020.

2.AUGUSTO, L. G. D. S.; CÂMARA, V. D. M. Saúde e ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ABRASCO. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 6, n. 2, p. 87-94, 2003. ISSN 1980-5497.

3.CARNEIRO, F. F. et al. Saúde ambiental e desigualdades: construindo indicadores para o desenvolvimento sustentável Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 6, p. 1419-1425, 2012. ISSN 1678-4561.

4.FRANCO, T. Trabalho industrial e meio ambiente: a experiência do complexo industrial de Camaçari. In: MARTINE, G. (Ed.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas: Editora Unicamp, 1993. p.60-100. ISBN 8526802704.

5.GOMES, M. J. M. Ambiente e pulmão. Jornal Brasileiro de Pneumologia, v. 28, n. 5, p. 261-269, 2002. ISSN 1806-3756.

6.GOUVEIA, N. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. Saúde e sociedade, v. 8, n. 1, p. 49-61, 1999. ISSN 1984-0470.

7.SCHRAMM, J. M. D. A. et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 9, n. 4, p. 897-908, 2004. ISSN 1678-4561.

8.SOUZA, C. G.; NETO, J. L. S. A. Ambiente e pulmão. Revista Hygeia, v. 7, n. 12, p. 31-45, 2011. ISSN 1980-1726.

9.McMichael,A. J. Population, environment, disease, and survival: past patterns, uncertain futures, The Lancet. Volume 359, Issue 9312, 30 March 2002, Pages 1145-1148.

10.CARMO, R. L.; TEIXEIRA, A. C. C. . Covid-19 e precariedade urbana. In: Norma Valencio;Celso Maran de Oliveira. (Org.). COVID-19: Crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações). 1ed.São Carlos: UFSCar, 2020, v. , p. 151-163.

Aula 6.

Morbidade e Mortalidade: relações entre saúde e ambiente.

Bibliografia básica

ROGERS, R. G.; HACKENBERG, R. Extending epidemiologic transition theory: a new stage. Social Biology, v. 34, n. 3-4, p. 234-243, 1987. ISSN 0037-766X.

CARMO, R. L.; ANAZAWA, T. M. Mortalidade por desastres no Brasil: o que mostram os dados. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 19, p. 3669-3681, 2014.

Bibliografia complementar

1. GUERRA, M. R. et al. Risco de câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes. *Revista Brasileira de Cancerologia* v. 51, n. 3, p. 227-234, 2005. ISSN 0034-7116.

2. HELLER, L. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998. ISSN 1678-4561.

3. JOHANSEN, I. C.; CARMO, R. L. D. Dengue e falta de infraestrutura urbana na Amazônia brasileira: o caso de Altamira (PA). *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, p. 179-208, 2012. ISSN 2179-7536.

4. LUSSIER, M. H.; BOURBEAU, R.; CHOINIÈRE, R. Does the recent evolution of Canadian mortality agree with the epidemiologic transition theory? *Demographic Research*, v. 18, p. 531-568, 2008. ISSN 1435-9871.

5. OLIVEIRA, S.; SIMÕES, C. Meio ambiente urbano: mortalidade na infância, saneamento básico e políticas públicas. *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. CAXAMBU, 2006.

6. OLSHANSKY, S. J.; AULT, A. B. The fourth stage of the epidemiologic transition: the age of delayed degenerative diseases. *The Milbank Quarterly*, v. 64, n. 3, p. 355-391, 1986. ISSN 0887-378X.

7. ROSSI-ESPAGNET, A.; GOLDSTEIN, G.; TABIBZADEH, I. Urbanization and health in developing countries: a challenge for health for all. *World health statistics quarterly*, v. 44, n. 4, p. 186-247, 1991. ISSN 0379-8070.

Aula 7.

Natalidade e Fecundidade: relações com o ambiente.

**** Avaliação do andamento da disciplina**

Bibliografia básica

SILVA, César Augusto Marques; CARVALHO, Angelita Alves. Fecundidade e Ambiente: temas e controvérsias. *Idéias*. v. 6, n. 1, p. 13-37, 2015.

UNITED NATIONS. *World Population Prospects: Key findings and advance tables*. 2017 Revision. United Nations: New York, 2017.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). *Population Facts*. N.o 2017/3, October 2017: The end of high fertility is near.

Bibliografia complementar

1. BERQUO, E.; ROCHA, M. I. B. A Abep no contexto político e no desenvolvimento da demografia nas décadas de 1960 e 1970. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 233-246, Dec. 2005.

2. Aggarwal, R., Netanyahu, S., & Romano, C. Access to natural resources and the fertility decision of women: The case of South Africa. *Environment and Development Economics*, 6, 209–236, 2001.
3. BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Tendências dos diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil entre 2000 e 2010. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro/SP – Brasil, 2014.
4. Burdorf, A.; Figa-Talamanca, I.; Jensen, T.; Thulstrup, a. Effects of occupational exposure on the reproductive system: core evidence and practical implications. *Occup Med.* 56:516–520, 2006.
5. CALDWELL, J. C. Social upheaval and fertility decline. *Journal of Family History*. 29, 382–406, 2004.
6. Filmer, D.; Pritchett, L. H. Environmental degradation and the demand for children: Searching for the vicious circle in Pakistan. *Economic and Development Economics*. 7, 123–146, 2002.
7. FINLAY, J. E. Fertility response to natural disasters: the case of three high mortality earthquakes. Policy research working paper 4883, The World Bank, 2009.
8. Homan, G.F.; Davies, M.; Norman, R. The impact of lifestyle factors on reproductive performance in the general population and those undergoing infertility treatment: a review. *Hum Reprod Update*. 13:209–223, 2007.

Aula 8.

Natalidade e Fecundidade: relações com o ambiente.

Bibliografia básica

- LUTZ, W.; TESTA, M. R.; PENN, D. J. Population density is a key factor in declining human fertility. *Population and Environment*, v. 28, n. 2, p. 69-81, 2006.
- TE VELDE, E. et al. Is human fecundity declining in Western countries? *Human Reproduction*, v. 25, n. 6, p. 1348-1353, 2010.

Bibliografia complementar

1. ARNOCKY, S.; DUPUIS, D.; STROINK, M. L. Environmental concern and fertility intentions among Canadian university students. *Population and Environment*, v. 34, n. 2, p. 279-292, 2012.
2. DE ROSE, Alessandra; TESTA, Maria Rita. Climate change and reproductive intentions in Europe. *Vienna Institute of Demography Working Papers*, 2013.
3. BRAUNER-OTTO, Sarah R. Environmental quality and fertility: the effects of plant density, species richness, and plant diversity on fertility limitation. *Population and environment*, v. 36, n. 1, p. 1-31, 2014.
4. FRANZ, Jennifer S.; FITZROY, Felix. Child mortality and environment in developing countries. *Population and Environment*, v. 27, n. 3, p. 263-284, 2006.
5. GHIMIRE, Dirgha J.; MOHAI, Paul. Environmentalism and contraceptive use: How people in less developed settings approach environmental issues. *Population and Environment*, v. 27, n. 1, p. 29-61,

2005.

6.HERN, Warren M. Why are there so many of us? Description and diagnosis of a planetary ecopathological process. *Population and Environment*, v. 12, n. 1, p. 9-39, 1990.

7.KALIPENI, Ezekiel. Demographic response to environmental pressure in Malawi. *Population and Environment*, v. 17, n. 4, p. 285-308, 1996.

8.LIN, C.-Y. Cynthia. Instability, investment, disasters, and demography: natural disasters and fertility in Italy (1820–1962) and Japan (1671–1965). *Population and environment*, v. 31, n. 4, p. 255-281, 2010.

9.NEUMAYER, Eric. An empirical test of a neo-Malthusian theory of fertility change. *Population and Environment*, v. 27, n. 4, p. 327-336, 2006.

Aula 9.

População, água e sustentabilidade

Bibliografia básica

CARMO, R.L. A água é o Limite? Redistribuição Espacial da População e Recursos Hídricos no Estado de São Paulo. Textos NEPO (UNICAMP), Campinas, SP, setembro de 2002, v. 42, p. 01-181, 2002.

CASTRO, J.E. "Incertezas manufacturadas, tecnociência e as políticas de desigualdade: o caso da gestão da água". Castro, José Esteban. Água e democracia na América Latina. Universidade Estadual da Paraíba, Editora da Universidade Estadual da Paraíba, p. 21-55. 2016.

CASTRO, J.E. "Proposiciones Proposiciones para el examen teórico y empírico de la privatización: el caso de los servicios de agua y saneamiento en América Latina", In: CASTRO, J.E. Água e democracia na América Latina. Universidade Estadual da Paraíba, Editora da Universidade Estadual da Paraíba, p. 56-99. 2016.

PERLÓ, M; GONZÁLEZ, A.E. "Descubriendo la región hidropolitana", In: PERLÓ, M. GONZÁLEZ, A. E. ¿Guerra por el agua en el Valle de México? Estudio sobre las relaciones hidráulicas entre el Distrito Federal y el Estado de México. Universidad Nacional Autónoma de México, Coordinación de Humanidades, Programa Universitario de Estudios de la Ciudad, Friedrich Ebert Stiftung, p. 47-83. 2005.

Bibliografia complementar

1.COSTA, H. S. M. ; COSTA, G.M. ; NASCIMENTO, Nilo de Oliveira ; DIAS, J. B.; WELTER, M. ; NUNES JR., T.T. . Urban water management and planning: urban sanitation policies and an emerging institutional structure. *International Journal of Water*, v. 4, p. 250-269, 2012.

2.COSTA, G.M.; COSTA, H. S. M. ; DIAS, J. B.; WELTER, M. The role of municipal committees in the development of an integrated urban water policy in Belo Horizonte, Brazil. *Water Science and Technology*, v. 60, p. 3129-3136, 2009.

3.CARMO, R. L. ; DAGNINO, R. S. ; JOHANSEN, I. C. . Transição demográfica e transição do consumo urbano de água no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)*, v. 31, p. 169-190,

2014.

4.CARMO, R.L. ; OJIMA, A. L. R. O. ; OJIMA, R. ; NASCIMENTO, T. T . Água virtual, escassez e gestão: o Brasil como grande “exportador” de água. Ambiente e Sociedade, v. 10, n. 2, p. 83-96, 2007.

Aula 10.

Percepção ambiental e atitudes frente à questão ambiental: mediações das características da população

Bibliografia básica

STYCOS, J. M. Population and the environment: polls, policies, and public opinion. Population and Environment, v. 18, n. 1, p. 37-63, 1996.

INGLEHART, R. “Public support for environmental-protection: objective problems and subjective values in 43 societies”, Ps-Political Science & Politics, vol. 28, Nº 1. 1995.

DUNLAP, R. E., GALLUP, G. H. and Gallup, A. M. “Of global concern - results of the health of the planet survey”, Environment, vol. 35, Nº 9. 1993.

INGLEHART, R.and BAKER, W. E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. American SociologicalReview, p. 19-51, 2000.

AUYERO, J., SWISTUN, D.A. Flammable: Environmental Suffering in an Argentine Shantytown, Oxford University Press, p. 1-79. 2009.

AUYERO, J., SWISTUM, D. “Expuestos y confundidos. Un relato etnográfico sobre sufrimiento ambiental”, In: Iconos. Revista de Ciencias Sociales . No. 28, p. 137-152, 2007.

Bibliografia complementar

1.SANTOS, F. M. ; CARMO, R.L. . Riscos ambientais, percepção e adaptação em zonas costeiras: o caso da Ilha Comprida. Revista Espinhaço. v. 1, p. 24-42, 2014.

2.GUEDES, G. R. ; NAWROTZKI, R. J. ; CARMO, R.L. .Percepción y preocupación ambiental en distintas regiones metropolitanas del Brasil: eslabones perdidos y evidencia adicional. Notas de Población (Impresa), v. 99, p. 133-175, 2014.

3.GUEDES, G. R. ; CARMO, R.L. . Self-interest versus collective action: understanding cross-class environmental perception, knowledge and behavior in Brazil. Papeles de Población. v. 19, p. 223-258, 2013.

4.FREIRE, O.et al. Mensurando a consciência ambiental do consumidor: um estudo comparativo entre as escalas NEP e ECCB. Revista Organicom, v. 10, n. 18, 2013.

5.GARCÍA, V. “El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos”. In: Desacatos, núm. 19, p. 11-24. 2005.

Aula 11.

Discussão sobre as propostas de trabalho.

Aula 12.

Urbanização e Ambiente

Bibliografia básica

COSTA, H.S.M. Mudança climática e desenvolvimento: repensando a sustentabilidade na perspectiva populacional In: TURRA, C.; CUNHA, J.M.P. (orgs.) População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte : ABEP, 2012, v.4, p. 105-110.

COSTA, H.S.M. Planejamento e ambiente em regiões metropolitanas In: MARTINE, G. (org.) População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira. Belo Horizonte: ABEP, 2012, v.1, p. 107-122.

Bibliografia complementar

1. DE SHERBININ A.; SCHILLER A.; PULSIPHER A. The vulnerability of global cities to climate hazards. Environment & Urbanization. v.19, n.1, p.39-64. 2007.

2. LASCHEFSKI, K.; COSTA, H. S. M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ambiente e Sociedade (Campinas), v. 11, p. 307-322, 2008.

3. COSTA, H. S. M. . Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR). Recife, v. 2, p. 55-71, 2000.

4. ARANHA, V. ; TORRES, H. G. . Lançamentos imobiliários e dinâmica demográfica recentes no município de São Paulo. 1ª Análise Seade, v. 1, p. 4, 2014.

5. TORRES, H. G. ; ALVES, H. ; OLIVEIRA, M. A. . São Paulo peri-urban dynamics: some social causes and environmental consequences. Environment and Urbanization, v. 19, p. 207-223, 2007.

6. MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. Estudos Avançados, v.25, n.71, p.7-22, 2011.

7. ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel/Fapesp. 1997.

8. ALVES, H. P. F. et al. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 27, n. 1, p. 141-159, June 2010.

Aula 13.

O contexto rural contemporâneo e a questão ambiental

Bibliografia básica

CARR, D. L., SUTER, L., & BARBIERI, A. F. Population Dynamics and Tropical Deforestation: State of the Debate and Conceptual Challenges. *Population and Environment*, 27(1), 89–113, 2005.

VANWEY, Leah K.; D'ANTONA, Álvaro O.; BRONDIZIO, Eduardo S. Household demographic change and land use/land cover change in the Brazilian Amazon. *Population and Environment*, v. 28, n. 3, p. 163-185, 2007

SILVA, J.G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

Bibliografia complementar

1.HOGAN, D. J.; D'ANTONA, Á. O.; CARMO, R. L. Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E. F.; ALVES, D. A. (Orgs.). *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transição*. São Paulo: Edusp. 71-116. 2008.

2.CARR, D. Population and deforestation: why rural migration matters. *Progress in Human Geography*.33(3):355-378. 2009.

3.DE SHERBININ, A. et al. Rural household demographics, livelihoods and the environment. *Global Environmental Change*, v. 18, n. 1, p. 38-53, 2008

4.BARBIERI, A. F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.24, n.2, p. 225-246. 2007.

5.RUDEL, T. K.; DEFRIES, R.; ASNER, G. P.; LAURANCE, W. F. Changing drivers of deforestation and new opportunities for conservation. *Conservation biology: the journal of the Society for Conservation Biology*, v. 23, n. 6, p. 1396–405, 2009.

6.MALHI, Y.; ROBERTS, J. T.; BETTS, R. A.; KILLEEN, T. J.; LI, W.; ANNARITA,M. ; NOBRE, C. A. 2008. Climate Change Desforestation and the Fate of the Amazon. *Science*, v. 319, p. 169-172.

7.BECKER, Bertha. *A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2013. 85 p.

8.Monte-Mór, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: Santos, M., Souza, M. e Silveira, M. (Org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. pp.169–181.

Aula 14.

Tendências demográficas recentes e as mudanças ambientais globais

Bibliografia básica

O'NEILL, B.C.; MACKELLAR, F.L.; LUTZ, W. *Population and Climate Change*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

CARMO, R. L.; VALENCIO, N. *Segurança Humana em contextos de desastres*. 1. ed. São Carlos: Editora Rima, 2014. v. 1. 191p .

Bibliografia complementar

1. BRONDIZIO, E.S. and MORAN, E.F. Human Dimensions of Climate Change: The Vulnerability of Small Farmers in the Amazon. Philosophical Transactions of the Royal Society B. 2008. doi:10.1098/rstb.2007.0025
2. HUNTER, L. M. Migration and Environmental Hazards. Population and Environment, v.26, n.4, p.273-302. 2005.
3. MULLER, M. Adapting to climate change: water management for urban resilience. Environmental and Urbanization, v.19, n.1, p.99-113. 2007.
4. YOUNG, M. H., Mogelgaard, K., and Hardee, K. Projecting Population, Projecting Climate Change: Population in IPCC Scenario. PAI Working Paper WP09-02, Population Action International, Washington, DC. 2009.
5. WARNER, K.; EHRHART, C.; DE SHERBININ, A.; ADAMO, S. and CHAI-ONN, T. In Search of Shelter: Mapping the Effects of Climate Change on Displacement and Migration. CARE, CIESIN, UNHCR, UNU-EHS, The World Bank. 2009.
6. MARTINE, G. "Population Dynamics and Policies in the Context of Global Climate Change." Pp 9-30 in: Population Dynamics and Climate Change, edited by J.M.Guzmán, G. Martine, G. McGranahan, D. Schensul and C. Tacoli. New York: UNFPA; London: IIED. 2009.
7. ZLOTNIK, H. . "Does Population Matter for Climate Change?" Pp 31-44 in: Population Dynamics and Climate Change, edited by J.M.Guzmán, G. Martine, G. McGranahan, D. Schensul and C. Tacoli. New York: UNFPA; London: IIED. 2009.
8. SATTERTHWAIT, D. "The Implications of Population Growth and Urbanization for Climate Change." Pp 45-63 in: Population Dynamics and Climate Change, edited by J. M. Guzmán, G. Martine, G. McGranahan, D. Schensul and C. Tacoli. New York: UNFPA; London: IIED. 2009.

Aula 15.

Encerramento da disciplina e entrega do trabalho final

Bibliografia básica

WEISMAN, A. Contagem regressiva. São Paulo: LeYa, 2014.

(Proc. nº 09-P-39037/2023)